

# **Permanências e ressignificações: o ato de pedir a bênção na comunidade quilombola de Vila Santa Efigênia e Adjacências**

**Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito<sup>1</sup>**

**Hadassa Rodrigues Dias<sup>2</sup>**

**Mário Cléber Martins Lanna Júnior<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

O ato de pedir a bênção está presente em diversas comunidades quilombolas brasileiras, assim como na comunidade Vila Santa Efigênia e Adjacências, localizada na cidade de Mariana, Minas Gerais. Diante disso, busca-se compreender a historicidade dessa prática e suas ressignificações através do tempo, como um costume dos laços de compadrio, que remetem ao período das Minas setecentistas e ainda hoje se faz presente na comunidade. Isso será feito por meio da observação participativa e de entrevistas não estruturadas, pelas quais será analisada a memória coletiva dos sujeitos quilombolas no que tange ao ato de pedir a bênção em seu dia a dia e, a partir da visita às produções historiográficas sobre a temática, procura-se compreender a permanência histórica do ato.

**Palavras-chave:** Resistência. Quilombos. Compadrio. Bênção.

## **Permanence and resignifications: the act of asking for a blessing in the quilombola Community of Vila Santa Efigênia e Adjacencies**

### **ABSTRACT**

The act of asking for blessing is present in many different Brazilian quilombola communities, as well as in the community Vila Santa Efigênia and Adjacencies, located in the city of Mariana, Minas Gerais. Regarding this, we seek to understand the historicity of this practice and its re-significations through time, as a custom of the bonds of “compadrio”, which dates back to the eighteenth-century Minas period, and is still present in the community today. In this way, through participative observation and non-structured interviews, the collective memory of the quilombola individuals will be analyzed regarding the act of asking for the blessing in their daily lives, and from the visit to historiographic productions on the theme we seek to understand this act as a historical perseverance.

**Keywords:** Resistance. Quilombos. “sponsorship”. Blessing.

### **INTRODUÇÃO**

As comunidades quilombolas são uma herança da fuga como resistência na América Portuguesa, onde sujeitos negros tinham sua mão de obra explorada e eram introduzidos em um novo mundo. Ao serem submetidos ao sistema escravocrata, esses indivíduos formaram complexas

---

<sup>1</sup>Graduanda em História na PUC - Minas, Coração Eucarístico - E-mail: ajrbrito@sga.pucminas.br.

<sup>2</sup>Graduanda em História na PUC - Minas, Coração Eucarístico - E-mail: hadassadias.historia@gmail.com

<sup>3</sup>Doutor em História Social, Mestre e Graduado em História. Professor do Curso de História da PUC Minas. E-mail: mariolanna@gmail.com.

comunidades camponesas, os quilombos brasileiros, territórios ainda hoje de convergência de inúmeras cosmogonias, saberes e comportamentos (ANDRADE; TRECCANI, 2000). Entre eles, o ato de pedir a bênção, prática na Comunidade Quilombola Vila Santa Efigênia e Adjacências (Engenho Queimado, Embaúbas e Castro), cuja compreensão e análise interessa-nos, no presente artigo.

O Quilombo Vila Santa Efigênia, assim como a maioria das comunidades quilombolas, apresenta em seus costumes a assimilação da cultura daqueles que estavam em camadas superiores da sociedade. Para que isso ocorresse, a cultura trazida pelos sujeitos de países africanos feitos escravos era, muitas vezes, sufocada pelos senhores e pela coroa portuguesa, sendo-lhes imposta a dita “civilização”, a exemplo da imposição da crença religiosa (CRIVELENTE, 2009). Dessa conjuntura, surgem inúmeros sincretismos e novos ritos e práticas. Entre eles, passou a existir o compadrio nas Minas setecentistas. Ele se tornou uma forma de estabelecer relações sociais ressignificadas entre os sujeitos negros escravizados, forros ou fugidos (BRÜGGER, 2004; MAIA, 2010; NACIF, 2013).

O ato de pedir a bênção se tornou para esses indivíduos uma forma de legitimar e respeitar sua ancestralidade, uma questão zelada pelas culturas afrodescendentes. A partir disso, podemos perceber que o sincretismo religioso ultrapassa as ações e chega ao mundo dos costumes. A questão nos parece interessante, e passamos a estudar como fatos do passado interferem na comunidade quilombola e ainda permanecem presentes no seu cotidiano.

Seguindo o pensamento de Eliane O’Dwyer (2001), para quem a compreensão das comunidades quilombolas exige compreender sua historicidade, ou seja, entendê-las em suas complexas mudanças através do tempo, partimos das produções historiográficas sobre as relações de compadrio nas Minas setecentistas e do batismo como importante forma de resistência para os sujeitos negros.

A Vila Santa Efigênia e Adjacências, autodeclarada comunidade quilombola, é subdistrito de Furquim, região de Mariana. Sendo objeto de ações extensionistas do *Lições da Terra: projeto interdisciplinar de direitos étnicos*, a comunidade tem como importante demanda o conhecimento de sua história. Com estabelecida liderança feminina, a comunidade tem se organizado para conquistar seus direitos e mobilizar seus componentes na busca desse conhecimento. Sendo assim, é objetivo deste artigo auxiliar na resposta a essa demanda, partindo de informações concebidas pela historiografia e pela observação participante, a fim de apontar heranças e permanências que indicam a trajetória histórica da comunidade remanescente de quilombo.

Ao historicizar o ato de pedir a bênção, dá-se a conhecer as relações entre o passado e o presente da comunidade quilombola Vila Santa Efigênia e Adjacências, explicitando a ancestralidade

evocada e centralizada nessa prática, assim como registrando as ressignificações de cada grupo acerca do costume. Isso posto, compreende-se o ato de pedir benção também como uma forma de resistência e de permanência das estruturas sociais.

## **2 ENTRE TRADIÇÃO E PERMANÊNCIA: O PAPEL DAS MINAS SETECENTISTAS NA CONSTRUÇÃO DO COMPADRIO**

Para destacar as relações de compadrio estabelecidas entre os livres, forros e escravizados, é imprescindível compreender o lugar central das Minas setecentistas no surgimento dos vínculos que ultrapassaram os laços sanguíneos. Sérgio Buarque de Holanda (2003) destaca que foram inúmeras as expedições que resultaram na exploração aurífera dos sertões das Minas. Ao passo que as jazidas se revelaram rentáveis, iniciou-se a interiorização da metrópole e o interesse oficial da Coroa Portuguesa. Dessa forma, com a descoberta do ouro pelos bandeirantes no final do século XVII, milhares de colonos e imigrantes, principalmente do norte de Portugal, passaram a ocupar a região com o intuito de enriquecer por meio da atividade mineradora, juntos foram trazidos os escravizados negros para o trabalho na mineração.

Nesse contexto de descoberta do ouro, uma intensa urbanização na região mineradora foi gerada, e a explosão demográfica transformou o aspecto da colonização. Eduardo França Paiva (2001) afirma que o contingente populacional estabelecido nas Minas do século XVIII foi marcado por pluralismos e dinamismos nas relações sociais que ultrapassaram os interesses de exploração aurífera. Como ressalta o autor, uma grande parte de negros, mestiços, escravos e libertos estavam submetidos a uma minoria de brancos, numa tentativa constante de manutenção da ordem social, o que fez com que “o dia a dia no mundo colonial, sobretudo das cidades, vilas e arraiais, [fosse] foi marcado, portanto, por uma tal circulação de modos, de imagens, de tradições e de novidades” (PAIVA, 2001, p. 33).

As trocas culturais e o contato entre os povos faziam parte do cotidiano da América Portuguesa. Todavia, a partir do início do século XVIII, há uma intensificação nessa dinâmica devido à centralidade da região interiorana nesse momento de descoberta. Como afirma o autor,

Esse estouro cultural sem antecedentes media-se pela quantidade de gente rapidamente acomodada na região, assim como pela montagem precoce de uma rede urbana alargada e bem estruturada; e pela pujança comercial imediatamente instalada; pela variedade de tradições e de conhecimentos em permanente contato; pela mobilidade de homens e de ideias; pelo estabelecimento de ligações entre todas as unidades administrativas da Colônia e de regiões estrangeiras, que passavam a se conhecer e a se integrar nas Minas e em função do abastecimento delas. (PAIVA, 2001, p. 41-42).

Sob esse ponto de vista, os grupos presentes nas minas coloniais abarcaram complexas particularidades. Aos homens livres brancos ficavam reservados os cargos civis, militares e eclesiásticos; do lado oposto, um negro ou mestiço, mesmo que livre, raramente ocupava uma posição de destaque. Frente a isso, no entanto, a região das Minas possuía suas próprias especificidades em contraposição às outras regiões do Brasil. Alguns escravos libertos e seus descendentes conseguiram alcançar a ascensão social e formaram a camada intermédia, disposta entre os mais ricos e os mais miseráveis da sociedade. Dentro desse contexto da vida efervescente da região mineradora, as relações estabelecidas eram de mecanismos de sobrevivência. Assim, o compadrio foi vivenciado e compartilhado por diversos atores sociais, sendo eles os livres, forros e escravos, crianças e adultos.

Em relação ao olhar do historiador sobre a questão, Silvia Brügger (2004), através dos trabalhos de Robert Slenes (1988), constata que muitos deles, ao fazerem a análise das relações familiares entre os cativos, utilizavam-se da visão dos viajantes da época que observavam a vivência negra através de vivência branca. No entanto, a historiografia atual, por meio da análise de dados demográficos, coloca em questão “a existência de laços familiares estáveis entre os escravos, fossem eles consolidados legalmente perante a Igreja Católica ou não” (BRÜGGER, 2004, p.2). Dessa forma, a historiografia avança na problematização dos interesses entre os senhores e os cativos no que tange ao estabelecimento de laços familiares, sendo a família também uma estratégia senhorial para a conservação de uma certa “paz na senzala” (BRÜGGER, 2004 apud FLORENTINO; GÓES, 1997).

Nesse sentido, o compadrio foi um elemento que contribuiu para o aumento das relações familiares, uma vez que, por meio do ritual católico de batismo, foi possibilitada a extensão dos vínculos sociais. É a partir da década de 1990 que, de acordo com Moacir Maia (2010), várias pesquisas irão privilegiar o estudo sobre a relação do compadrio no cotidiano dos cativos. Assim, com base na análise documental disponível nas séries paroquiais e nos registros batismais, foi possível estabelecer que o parentesco escravo ultrapassava os laços sanguíneos entre pais e filhos. Os estudos mostram, portanto, que “paralelamente à sua função sagrada, o ato do apadrinhamento tinha como consequência a ampliação dos laços familiares para além do sangue, pois poderia reforçar relações sociais preexistentes ou criar novas” (NACIF, 2013, p.6).

De acordo com Maria Crivelente (2009), o batismo católico no compadrio é um elemento central, visto que era essencial para a inserção do sujeito no mundo civilizado, ou seja, no mundo cristão, e isso era determinado a todos. É a partir do Concílio de Trento (1545-1563) que a Igreja Católica procura solucionar o problema da perda do controle de seus fiéis, perante a Reforma Protestante.

Como resultado da Contrarreforma, o batismo passa a ser obrigatório para todo indivíduo, independente da etnia ou cor, e os registros paroquiais se tornam indispensáveis no que se refere aos

batismos, casamentos e óbitos. Dessa maneira, segundo Paulo Nacif (2014), o significado do batismo transcendia o significado religioso, uma vez que “compreendia o nascimento social do cristão, por isso era tão importante que fosse registrado” (NACIF, 2014, p.60). Além disso, firmou-se o batismo como um ritual de iniciação ao catolicismo, no qual se estabelecia uma conexão do batizado com os dogmas católicos e se criava uma relação familiar de laços espirituais, por meio dos padrinhos.

Os dados levantados por Silvia Brügger (2004) demonstram que eram raros os casos em que os senhores apadrinhavam seus cativos e, quando acontecia, era justificado dentro da ideologia escravista. Assim, o compadrio não era uma relação entre iguais, porém muitos pais procuravam padrinhos para os filhos que estivessem um pouco acima na hierarquia social, uma vez que detinham de mais recursos para proteger os afilhados e, até mesmo, oferecer a alforria.

**Tabela 1 - Condição social dos batizados - Mariana (1715-1750)<sup>4</sup>**

Condição Social	1715-1720	1721-1730	1731-1740	1741-1750	Total
Filhos de livres	37	78	98	131	344
Crianças expostas	-	10	6	8	24
Filhos de forras e desc. africano	13	39	56	105	213
Subtotal dos batizados livres	50	127	160	244	581
Escravos inocentes	98	419	335*	256**	1.125
Escravos adultos	54	600	805	172***	1.631
<b>Total de registros</b>	<b>184</b>	<b>1.162</b>	<b>1.319</b>	<b>672</b>	<b>3.337</b>

Fonte: Tabela de Moacir Maia, AEAM, Livros: O-2, O-3, O-4, O-5, O-8, O-10, Registros de batismo da Matriz de N. S. da Conceição de Mariana (2007, p. 43).

Era necessária, então, a busca por certa mobilidade social. Da mesma forma, os padrinhos em camadas superiores também buscavam se beneficiar por meio da ampliação de seus laços, o que legitimava seu prestígio. É evidente, portanto, que o compadrio, mantendo as estruturas da escravidão, apresentava seus mecanismos de poder e de sobrevivência.

A historiadora declara ainda que, em algumas regiões, homens livres apadrinharem filhos de cativos era um comportamento predominante, como ilustra a autora com dados referentes à cidade de São João del Rei, no período entre 1736 a 1850, onde pelo menos 62% dos padrinhos cativos eram pessoas livres. Já em outras regiões, como Freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, os dados revelam que, no período de 1816 a 1842, 65% dos padrinhos de escravizados eram também da mesma condição, 25% eram libertos e 10% eram livres. Em Paraíba do Sul, entre os anos de 1872 e 1888, cerca de 40% eram padrinhos livres, 57% eram escravizados e uma minoria absoluta era de padrinhos

<sup>4</sup> \* Ausência de dados para 1739. \*\* As atas batismais de inocentes escravos apresentam sub-registros de 1743 a 1746. \*\*\* Os registros de batismos de cativos adultos de 1741 a 1750 apresentam lacunas, com a ausência de dados para os anos de 1742, 1743, 1744 e sub-registros nos anos de 1746 e 1745.

forros; portanto, a relação de apadrinhamento entre os livres, forros e escravizados dependia muito das relações que eram moldadas pelo cotidiano, não seguindo uma normatização.

Além disso, mesmo frente à recomendação do Conde de Assumar, em 1719, de que somente pessoas brancas fossem padrinhos dos escravizados, sempre houve padrinhos libertos e cativos – estes últimos em número bastante expressivo, como registrado na tabela de Silvia Brügger (Tabela 3). Essa recomendação do Conde de Assumar pode ser entendida a partir da criação de redes que o apadrinhamento entre escravizados construía, ou seja, ao apadrinhar um indivíduo e criar uma relação de proteção, afeto e amizade com esse sujeito, certa união era gerada. Assim, o medo de rebeliões conjuntas, revoltas e demais ações em grupos articulados fez com se pensasse em tal proibição.

**Tabela 2 - Condição social dos padrinhos de escravos adultos - Mariana (1715-1750)**

Sexo do batizando	Condição do padrinho					Total
	Escravo	Livre	Forro	Descendente de africano <sup>25</sup>	Sem informação	
Masculino	1.227	83	21		20	1.351
	90,82%	6,14%	1,55%		1,48%	100%
Feminino	180	75	16	2	7	280
	64,28%	26,78%	5,71%	0,71%	0,25%	100%
<b>Total</b>	<b>1.407</b>	<b>158</b>	<b>37</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>1.631</b>
	<b>86,26%</b>	<b>9,68%</b>	<b>2,26%</b>	<b>0,12%</b>	<b>1,65%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela de Moacir Maia, AEAM, Livros O-2, O-3, O-4, O-5, Registros de batismo de escravos adultos da Matriz de N. S. da Conceição de Mariana (2007, p.51).

**Tabela 3 - Condição dos Padrinhos de Filhos e Mães Cativas, por décadas<sup>5</sup>**

	<i>Pd. Livre</i>	<i>Pd. Forro</i>	<i>Pd. Cativo</i>	<i>Pd. Ausente</i>	<i>Pd. Coartado</i>	<i>Total</i>	
1736-1740	236 63,8%	30 8,1%	84 22,7%	20 5,4%	-	370	100%
1741-1750	462 62,0%	50 6,7%	210 28,2%	23 3,1%	-	745	100%
1751-1760	168 63,4%	18 6,8%	72 27,2%	7 2,6%	-	265	100%
1761-1770	691 68,0%	90 8,9%	202 19,9%	32 3,1%	1 0,1%	1016	100%
1771-1780	488* 68,3%	54 7,6%	157 22,0%	15 2,1%	-	714	100%
1781-1790	1475* 68,9%	90 4,2%	522 24,4%	51 2,4%	2 0,1%	2140	100%
1791-1800	1614* 69,1%	122* 5,2%	550* 23,6%	47 2,0%	1 0,1%	2334	100%
1801-1810	1349* 74,6%	69 3,8%	355* 19,6%	33 1,8%	3 0,2%	1809	100%
1811-1820	1455* 74,2%	86 4,4%	395* 20,1%	23 1,2%	1 0,1%	1960	100%
1821-1830	889* 76,5%	35 3,0%	227* 19,5%	11 1,0%	-	1162	100%
1831-1840	470* 77,9%	15* 2,5%	115* 19,1%	3 0,5%	-	603	100%
1841-1850	432* 70,0%	3 0,5%	175 28,4%	7 1,1%	-	617	100%

Fonte: Tabela de Silvia Brügger, feita com base nos Registros Paroquiais de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, 1736-1850. (2004, p.5)

<sup>5</sup>\*Inclui apadrinhamento por dois homens e nenhuma madrinha.

A hierarquia presente no compadrio entre os padrinhos e os afilhados era demonstrada por meio de alguns hábitos, como o de tomar a bênção. Segundo Hermes Uberti (2010), a prática social configurava as alianças sociais e as redes construídas em torno de diversos interesses. Desse modo, o ato de abençoar era uma condição de intercâmbio que circundava o ritual cotidiano, uma vez que “ser abençoado em nome de Deus — pelos pais, avós e ou padrinhos — constituía uma espécie de dom e contra dom” (UBERTI, 2010, p.7), em que o bem intercambiado, ou seja, a bênção, dependia dos valores das pessoas que faziam parte da relação.

Em vista disso, o autor destaca que essa era uma relação de reciprocidade, não de igualdade e “da parte de quem a concedia estava o direito e o poder de abençoar, já da parte de quem a solicitava, além da obrigação de pedir, estava a submissão e o respeito” (UBERTI, 2010, p.7). A prática social de dar a bênção não ficava, portanto, monopolizada pela Igreja e se tornou um ritual simbólico que faz parte do cotidiano até os dias de hoje.

Por conseguinte, foi comum o batismo de cativos africanos antes mesmo de serem tirados da África, para que os costumes portugueses já lhes fossem inculcados. Entretanto, para Moacir Maia (2007), a função social do batismo apropriada pelos escravizados estabelecia redes de solidariedade e de sociabilidade, visto que:

Embora a ideia de conversão pudesse ter provocado repulsa nos africanos, a possibilidade de ter outros escravizados como padrinhos pode ter sido benéfica. Como presumimos, a cerimônia do batismo não acontecia logo que os cativos chegavam a seu destino. Assim, durante o período de preparação para receber o sacramento, ocorria o contato com parceiros e com muitos outros escravos e libertos. Nesse processo de adaptação e contato com cativos que vivenciavam o cativeiro há mais tempo, eles puderam conviver com seus futuros padrinhos, o que tornava o ritual cristão menos estranho do que deveria ser em outras áreas, como, por exemplo, em Angola, onde, aprisionados em barracões, os escravos recebiam coletivamente o sacramento, sofrendo em seguida os horrores da travessia. Provavelmente, a cerimônia, realizada quando já estavam do outro lado do Atlântico e longe dos portos de desembarque, poderia causar menos estranhamento e aversão. (MAIA, 2007, p.41).

Dessa forma, o autor apresenta o batismo e o compadrio como um reencontro africano, conforme ilustra a situação de muitos entre os que chegaram às terras mineiras, particularmente em Mariana, originários em grande parte da Costa da Mina na África Ocidental. Eles não haviam recebido o sacramento do batismo, e os registros paroquiais de Mariana, analisados por Maia, evidenciam a alta quantidade de batismos no auge minerador. Isso demonstra que haviam prioridades a serem realizadas logo após a chegada a terras brasileiras, e uma delas era receber o primeiro sacramento da Igreja Católica, tendo início a catequização na doutrina cristã. A análise do autor detecta os mecanismos de solidariedade que auxiliaram na inserção do escravizado adulto recém-chegado ao Brasil.

Sendo assim, Moacir Maia (2007), numa revisão da imagem de rejeição do batismo pelos adultos africanos traficados para a América Portuguesa, à atual cidade de Mariana, destaca as evidências das relações sociais estabelecidas entre os escravos, forros e livres com outros grupos africanos: elas reforçavam suas identidades de origem e as recordações da terra natal. Dessa maneira, muitas entre essas relações de apadrinhamento se tornaram duradouras e consolidaram uma solidariedade ética, de tal forma que “o batismo cristão, em vez de apagar e fazer esquecer o passado na África, serviu para unir os cativos que se puderam reconhecer como parentes espirituais neste outro lado do Atlântico” (MAIA, 2007, p.79).

O ato de pedir bênção é visto como representação dos laços de compadrio nas comunidades quilombolas, formas de tratamento que simbolizam a união de pessoas, épocas e vivências comuns. De acordo com Ilka Leite (2008), a palavra quilombo na língua bantu significa acampamento guerreiro na floresta e, no período colonial, foi adotada a fim de definir os rebeldes do sistema escravista. Esse confronto e rejeição à estrutura escravocrata fez com que o termo quilombo se tornasse marca da luta contra a dominação. Na esteira da condição daquele sistema, é visível que a abolição da escravatura não mudou a situação dos grupos negros, que viveram um longo período de marginalização social e política. Por isso, como afirma a autora, o território negro é uma dimensão simbólica de sua identidade e até hoje a luta de reconhecimento das terras dos remanescentes é uma questão complexa.

Eliane O'Dwyer (2001) denuncia a jornada jurídica dos quilombos ao longo dos anos e ressalta que, para compreendê-los na atualidade, é preciso contextualizar estes agentes sociais historicamente, em suas estratégias de sobrevivência. Através da história, fica evidente a afirmação étnica e a organização política que revelam a identidade coletiva desses grupos. Para a autora, a questão política quanto ao tratamento dos quilombos deveria ser mais do que um processo dos “remanescentes”, uma vez que isso remonta a sobras ou resíduos.

Por essa razão, é preciso trazer nos quilombos o que se manteve de mais preservado, recuperando o que lhes foi apropriado e destacando suas práticas e tradições. Dentro das comunidades, há as ancestralidades, os ritos como atos de resistência e as permanências; são ainda herdeiros das práticas culturais que se estabeleceram nas Minas Coloniais, e o cotidiano revela esses hábitos ressignificados ainda presentes nas comunidades.

### **3 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E ENTREVISTAS: PONDERAÇÕES E ANÁLISES**

O projeto de extensão vinculado à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *Lições da Terra: projeto interdisciplinar de direito étnicos*, teve suas atividades transferidas para as

plataformas virtuais em decorrência da pandemia e do distanciamento social. Sendo o objetivo do projeto promover a proximidade entre a universidade e as comunidades quilombolas e, com isso, auxiliá-las no conhecimento da própria história, de seus territórios e na obtenção de direitos de terra, iniciou-se contato com o quilombo pelos meios de comunicação *on-line*.

Nesse contexto, a coordenação do projeto, os extensionistas envolvidos e os parceiros do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) mobilizaram-se para entrar em contato com a liderança da Comunidade Quilombola Vila Santa Efigênia e Adjacências. Assim, estabelecendo relações com a comunidade e também a considerando como parceira do projeto, deu-se início às pesquisas e atividades. Primeiramente, ouvimos as demandas colocadas pelas lideranças, em especial uma liderança feminina que demonstrou interesse nas possibilidades apresentadas, principalmente em relação à busca pela história do quilombo.

O ponto de partida para a realização da pesquisa pelos extensionistas foi o estudo das documentações relacionadas à comunidade de Santa Efigênia e Adjacências no Arquivo Público Mineiro (APM). O que se pretendia era a busca de informações que indicassem o período de surgimento do quilombo e quem foram os primeiros sujeitos que ali se instalaram. Além disso, os extensionistas da área da geografia buscaram entender o território onde se localiza a comunidade em seus mais diversos âmbitos: fauna, flora, uso do solo e cursos hídricos.

Com o avanço das pesquisas e a necessidade da montagem posterior do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), através da liderança da comunidade, foram enviados questionários sobre as relações parentais para a organização da árvore genealógica da comunidade. Esse material auxilia também na análise de documentação, visto que os nomes e as redes parentais podem trazer novos caminhos para a investigação. Posteriormente, com as informações sistematizadas em um organograma e com a situação pandêmica amenizada, houve a oportunidade de uma visita ao quilombo.

Com a vacinação completa dos integrantes do projeto e dos indivíduos da comunidade, a possibilidade de um encontro presencial seguro surgiu. Assim, em 10 de abril do ano em curso (2022), foi realizada a visita à comunidade, e houve participação na reunião ordinária da Associação Quilombola. A viagem aconteceu com o objetivo de estreitar relações entre o projeto e o quilombo Vila Santa Efigênia e Adjacências, além de estudar a possibilidade de um trabalho de campo mais longo, a fim de obter informações mais consistentes para o andamento da pesquisa.

A visita inspirou o presente estudo. Por meio da observação e do olhar etnográfico, foi possível notar alguns costumes e tradições dos sujeitos, como o que propomos tratar aqui: o ato de pedir a bênção para os indivíduos mais velhos da comunidade. O ato demonstra não apenas respeito pelos indivíduos, mas também respeito à ancestralidade, visto que pessoas de todas as idades

cumprimentavam Dona S. e Senhor F.<sup>6</sup>. Assim, a partir do ato descrito, somado a um olhar histórico, tornou-se evidente a herança e a permanência de costumes advindos da propagação e incentivo de compadrio entre escravos nas Minas setecentistas, sendo essa comunidade sua descendente.

Assim, a abordagem historiográfica e teórica deste estudo empírico visa analisar a forma como se dava o compadrio entre os negros forros ou escravizados e como o costume cristão se insere no dia a dia desses indivíduos. As relações estabelecidas pelo compadrio aconteciam como uma rede, pois como afirma Maia,

Esses parentes espirituais tão dedicados refletem o que as práticas de compadrio e apadrinhamento representavam na sociedade mineradora: proteção, cuidado, afeto, convívio, preocupações com o futuro dos inocentes, com a libertação de afilhados e apoio em momentos de doenças. O gesto aponta para o significado tão importante da construção de redes parentais amplas e tão necessárias nas sociedades do Antigo Regime, reproduzindo e alimentando as relações de “reciprocidades hierárquicas”. (MAIA, 2010, p. 14).

Como já observado anteriormente ao tratarmos dos fundamentos teóricos, o compadrio entre os indivíduos negros será ressignificado e apropriado como forma de resistência ao regime escravista e à marginalização. É a partir desse mecanismo que redes de proteção são estabelecidas, que comunidades se formam e que a convivência e o auxílio no dia a dia se dão. A ressignificação também toma espaço na rememoração dos países de origem e das grandes famílias que formavam. O ato de pedir a bênção é, então, percebido igualmente em relação à ancestralidade, prática cotidiana na comunidade quilombola.

Destacam-se as relações entre os sujeitos, entre eles e sua cultura e com a identidade do grupo. A observação participante revelou o dinamismo que o ato de pedir a bênção tem dentro da comunidade e o modo como ele se apresenta. Os sujeitos protagonistas da tradição ou cultura são os dois indivíduos mais velhos da comunidade, tratados com distinção, o que ficou claro, pois não foi observado pedido de bênção para tios e tias, por exemplo. Ressalta-se aqui a importância da historiografia e do uso do método etnográfico, um diálogo importante para entender as comunidades como remanescentes de quilombo e mantenedoras dessas tradições. Segundo Erica O’Dwyer, “qualquer invocação do passado deve corresponder a uma forma atual de existência capaz de realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado” (O’DWYER, 2011, p.14) e, para tanto, é necessário usufruir da perspectiva da história e da observação participante.

---

<sup>6</sup>Para tratarmos do casal mais velho da comunidade adotaremos Dona S. e Senhor F. no lugar dos nomes reais com o intuito de preservar a privacidade dos sujeitos e a integridade da pesquisa.

A identificação de tradições herdadas é percebida pelo observador externo à comunidade, podendo estabelecer relações entre passado e presente. Por meio dela, constatou-se que a principal ação das comunidades quilombolas é a existência e a persistência ao longo tempo, com continuidades e rupturas (O'DWYER, 2021). Assim, entende-se que a observação participante é essencial para a pesquisa, pois “possibilita, por parte de quem observa (para além da aquisição e clarificação de informações sobre uma dada realidade), a identificação de problemas, o entendimento de conceitos, bem como a análise de relações e aplicações de esquemas de diferenciação dos mesmos” (MÓNICO *et al.*, 2017, p. 724).

A observação participante suscita, então, que os sujeitos manifestem suas identidades, apresentem-se e mostrem os papéis que assumem diante do todo. Também permite ao pesquisador entender os conceitos através das práticas e costumes da comunidade quilombola.

A metodologia etnográfica, ou seja, a observação participante, junto ao olhar histórico, possibilita a percepção de fenômenos e permanências que, ao serem estudados, revelam as cosmogonias que influenciaram a construção da identidade, da cultura e da forma como os sujeitos das comunidades se apresentam perante a sociedade em que estão inseridos. Além disso, a metodologia utilizada permite que os extensionistas percebam a realidade que se situa além das paredes universitárias, deslocando o olhar do pesquisador:

[...] a potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito do estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos. (BORDA, 1981, p.60 *apud* PERUZZO, 2017, p.165).

Ainda foram realizadas entrevistas não estruturadas, as quais permitiram que os sujeitos expusessem suas ideias. A partir das conversas, o “sujeito pesquisado” e o “sujeito pesquisador” muitas vezes se confundiam, sendo do interesse do casal Dona S. e Senhor F compreender-nos. Assim, a entrevista fluiu, de forma a permitir interessantes reflexões e análises. Em relação ao assunto tratado, Dona S. afirma que todos sempre pedem a bênção. De qualquer forma, a hipótese aqui apresentada demanda maiores investigações, as quais consistem na “inserção e na interação do pesquisador ou da pesquisadora no grupo” (PERUZZO, 2017, p.163) devido à metodologia aplicada.

#### **4 O ATO DE PEDIR A BÊNÇÃO COMO MEMÓRIA E A VALORIZAÇÃO DA ANCESTRALIDADE**

Neste estudo, a memória coletiva é de extrema importância para a perpetuação das tradições e continuidades que a “história oficial” não consegue satisfazer. Como destaca José D’Assunção Barros (2009), mesmo feita de descontinuidades, ela permite a transitoriedade entre os períodos históricos mais transformadores. Dessa forma, a existência de uma única história contrasta a visão aprofundada dos grupos, possível por meio da memória que, por mais que envolva esquecimentos e distorções, viabiliza a permanência dos grupos, uma vez que carrega a essência da coletividade e, logo, sua identidade.

Os conceitos de memória e identidade são intrinsecamente ligados: ao passo que as lembranças e memórias coletivas trazem à tona costumes e tradições de um grupo, isso faz com que a identidade se reforce. O sujeito, ao se perceber inserido, pertencente a determinado grupo social, e ao compartilhar suas memórias individuais, compõe o coletivo e reafirma sua identidade junto aos seus pares. O ato de pedir a bênção aos mais velhos se torna, nesse sentido, uma ação afirmativa para a comunidade, cujos laços afetivos, advindos do compadrio e do costume, se fazem no movimento de reafirmação da ancestralidade e das redes de sociabilidade.

Nessa perspectiva, Michel Pollak (1989) ressalta que a memória reforça esse sentimento de pertencimento e ultrapassa as fronteiras socioculturais entre as coletividades. A ligação com o passado permite o estabelecimento da coesão dos grupos, legitimando seu discurso, ao mesmo tempo em que “assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p. 9). A história de vida, colhida por meio dos relatos orais, torna-se, sobretudo, instrumento de reconstrução de identidade, de tal forma que “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 11), o que fica explícito quando Dona S. se identifica como matriarca da comunidade.

Assim, justifica-se a importância de historicizar experiências, com o objetivo de compreender como o tempo e o espaço interferem nos sujeitos, em suas identidades e nas experiências coletivas. Permite também entender a sua participação direta nos conflitos e tensões, no caso proposto, buscando compreender a assimilação e ressignificação de uma tradição imposta aos escravizados que nos demonstra participação direta em um território de disputas em seu presente e que estruturam o passado de seus descendentes (ODETTI; MAGALHÃES; TIRIBA, 2021). Dessa forma, podemos compreender as experiências vividas e as transmitidas. Além disso, como reafirmam Odetti, Magalhães e Tiriba, “conforme preconiza Aróstegui (2004), a historicização da experiência é

identificada com a forma cultural da experiência vivida e está ligada ao sentido etimológico de história” (ODETTI; MAGALHÃES; TIRIBA, 2021, p. 4).

Com base nisso, é evidente a permanência nas comunidades quilombolas dos vínculos que ultrapassaram os laços sanguíneos de família, muito presentes ainda no seu cotidiano. Como um ato de sobrevivência em um mundo que não lhes pertencia, a formação de laços entre os escravizados é construída por continuidades históricas e se faz recorrente ainda hoje na relação de respeito aos mais velhos da comunidade. A prática da bênção, construída no compadrio, se tornou um reforço de identidades e de relações que se tornaram duradouras, relações que a história oficial não consegue construir a partir de fontes escritas. Por essa razão, a memória se faz tão importante na perpetuação das relações quotidianas.

É importante pontuarmos ainda que o ato aqui discutido é a bênção patriarcal praticada no âmbito familiar. Ela se diferencia da bênção sacerdotal em inúmeros aspectos, principalmente por esta se dar de forma mais padronizada. É perceptível que “esse tipo de bênção é muito mais comum nas religiões de matrizes africanas e tem no respeito aos mais velhos a sua condição” (ARAGÃO *et al.*, p.2, 2011), o que nos leva à hipótese de que as ressignificações e sincretismos são intrínsecos a essas comunidades, destacadas no caso de Vila Santa Efigênia, que tem tradições e práticas católicas.

O ato de pedir a bênção foi observado em local público. Assim, ele se deu de forma direta a Dona S. e Senhor F. Não podemos afirmar que dentro de suas casas, filhos / filhas e sobrinhos / sobrinhas peçam a bênção. No entanto, no cenário amplo do convívio em grupo, há a centralização nos indivíduos mais velhos, como já dito, e podemos perceber a valorização da ancestralidade não apenas pelos mais jovens, mas também por indivíduos de meia-idade, o que caracteriza a prática como parte do convívio e da experiência do grupo.

Em entrevista não estruturada com Dona S. e Senhor F., o casal revela que eles próprios se apropriam desse papel, o que os reafirmou no lugar de centralidade. Dona S. diz: “eu sou a matriarca daqui, me disseram isso”. A fala comprova essa apropriação e a forma como a pessoa se enxerga em meio à comunidade em que vive. A comunidade posiciona-se de forma a acolher o ato e o lugar onde esses sujeitos são colocados, dando continuidade aos costumes e práticas de seus antepassados e, dessa forma, colocando-os também em local de respeito.

A historicidade do ato de pedir a bênção pode ser explicada a partir das relações de compadrio das Minas setecentistas, o que possibilitou união, afeto e proteção entre os escravizados. Assim, perceber a prática aqui debatida através da história nos permite representar os sujeitos e as suas culturas com uma ótica mais ampla e completa. Também entender suas estratégias de resistência nas

esferas do cotidiano e das particularidades, além de observar os combates no campo dos costumes e como as imposições dos opressores foram ressignificadas, a fim de serem tornadas uma prática valiosa para os sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão *Lições da Terra: projeto interdisciplinar de direitos étnicos* é vetor para o presente estudo, uma vez que as observações e reflexões se tornaram possíveis através das práticas extensionistas. Por isso, é importante ressaltar e reafirmar a extensão como prática essencial para a formação de graduandos, pois ela possibilita observações e o desenvolvimento de ações junto aos pilares de ensino e pesquisa, além de produzir saberes horizontais, junto às comunidades e sujeitos da sociedade, como se realizou neste trabalho.

Através da observação participante e de estudo teórico, foi possível compreender o ato de pedir bênção em sua historicidade, como um papel da História: mostrar aos sujeitos que constituem a História suas influências do tempo em seus respectivos cotidianos, assim como a construção da identidade coletiva e individual.

O compadrio nas Minas setecentistas foi uma importante forma de rememoração e de apoio mútuo entre indivíduos escravizados, logo, foi um fator de resistência ao sistema escravista que subjugava homens e mulheres. Estes encontravam nas fugas um ponto de subversão, no entanto, carregaram consigo e ressignificaram costumes e práticas. Portanto, entende-se a comunidade de Vila Santa Efigênia como descendente destes sujeitos e mantenedora destas tradições que são refeitas e repensadas no decorrer do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lúcia; TRECCANI, Girolamo. Terras de quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: LTR, p. 595-656, 2000.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009. Disponível em: [https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia\\_memoria.pdf](https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf). Acesso em: 14 jun. 2022.
- ARAGÃO, Fernanda et al. A Tradição da Benção Em Salvador. In: **Revista Intercon**, p. 1-6 2011. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/expocom/EX28-0390-1.pdf>. Acesso em 28 de nov. 2022.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 14., 2004, Caxambu. **Anais [...]**. ABEP, 2004. p. 1-21. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1339/1303>. Acesso em: 25 maio 2022.

CRIVELANTE, Maria Amélia Assis Alves. Escravos e Compadres: estratégias cativas na pia batismal, Mato Grosso - 1824-1871. **Fênix-Revista De História E Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, n. 4, p. 1-12, 2009. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/224>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* **História geral da civilização brasileira: A época colonial**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. v. 2.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento de africanos em Minas Colonial: o (re) encontro na América (Mariana, 1715-1750). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 36, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21141>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 11, p. 36-54, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/pBKPP68HxbqPRVsbgQ67xCr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

MÓNICO, Lisete. *et al.* A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, Aveiro, v. 3. p. 724-733, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NACIF, Paulo Cesar Miranda. Padrinhos, afilhados e compadres: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. ANPUH, 2013. p. 1-16. Disponível em: [https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364763431\\_ARQUIVO\\_anpuh-paulocezarmirandanacif.pdf](https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364763431_ARQUIVO_anpuh-paulocezarmirandanacif.pdf). Acesso em: 13 jun. 2022.

NACIF, Paulo Cesar Miranda. **Diante da pia batismal: as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial**. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/14910/Dissert-paulo-cezar-miranda-nacif.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ODETTI, Cecília Angela; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. Historicizar a experiência: ensaio sobre seus fundamentos teórico-metodológicos. **Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13882>. Acesso em: 13 jun. 2022.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1PIJQ2EhtMEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=constitui%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+dos+escravos+nas+minas+gerais&ots=i1i\\_Ru1EgX&sig=6foulf8uBhMsIBVyxzjhi6CFZJc&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1PIJQ2EhtMEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=constitui%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+dos+escravos+nas+minas+gerais&ots=i1i_Ru1EgX&sig=6foulf8uBhMsIBVyxzjhi6CFZJc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 25 maio 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 23, n. 3, p. 161-186, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/31652406009.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 14 jun. 2022.

UBERTI, Hermes Gilber. “A bênção que se pede a bênção que se dá”: a prática do compadrio e algumas redes sócio-familiares de Randolpho José da Silva Pereira. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM; UNIFRA, 2010. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273791118\\_ARQUIVO\\_ANPUH-SM.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273791118_ARQUIVO_ANPUH-SM.pdf). Acesso em: 14 jun. 2022.

VIDAL, Frédéric. As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede? **Ler História**, Lisboa, n. 46, p. 223-238, 2004. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14658/1/artig.LH.vidal.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.